



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES

LUANA LESSA COSTA

**Epistemicídio feminino em contraste com a produção intelectual de
mulheres: uma discussão sobre feminismo e representatividade no mundo
acadêmico**

REDENÇÃO
2019

LUANA LESSA COSTA

Epistemicídio feminino em contraste com a produção intelectual de mulheres: uma discussão sobre feminismo e representatividade no mundo acadêmico

Trabalho de conclusão de curso, como avaliação parcial para concluir o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, orientado pela professora Dr^a. Janaína Campos Lobo.

REDENÇÃO
2019

LUANA LESSA COSTA

Epistemicídio feminino em contraste com a produção intelectual de mulheres: uma discussão sobre feminismo e representatividade no mundo acadêmico

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: _____ de Agosto de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora e Presidenta: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinadora Interno: Prof. Dra. Joana Elisa Rower
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinador Interno: Prof. Dra. Caroline Farias Leal Mendonça
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

REDENÇÃO
2019

SUMÁRIO

1. Introdução	p. 05
2. Objetivo	p. 08
2.1 Objetivo geral	p. 08
2.2 Objetivos específicos	p. 08
3. Justificativa	p. 11
4. Problematização	p. 13
5. Hipótese	p. 14
6. Fundamentação teórica	p. 15
6.1 Violência epistêmica	p. 16
6.2 Interseccionalidade	p. 18
6.3 Alianças colaborativas entre mulheres	p. 20
7. Metodologia	p. 21
7.1 Técnicas utilizadas	p. 22
7.2 Delimitação de pesquisa	p. 22
8. Referências	p. 24

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu da inquietação de, ao ingressar no curso de Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)¹, me deparar com textos-base das disciplinas obrigatórias e perceber o predomínio epistêmico que os homens possuem neste respectivo espaço, mais especificamente, nos cursos de Ciências Humanas. A partir daí, tendo contato, mesmo que em tamanho diminuto, com autoras que abordam os diversos vieses do feminismo, desenvolvi meu pensamento crítico, no que tange à desigualdade de gênero, especialmente vinculada à invisibilidade da produção intelectual de mulheres.

Nessa perspectiva, “em todas as esferas da escrita literária e da bibliografia acadêmica, trabalhos produzidos por mulheres haviam recebido pouca ou nenhuma atenção, uma consequência da discriminação de gênero” (HOOKS, 2019, p. 42). Com efeito, surgiram indagações a respeito da representatividade nas obras acadêmicas, visto que poucas são as mulheres que têm seus escritos reconhecidos e referenciados, ainda que, segundo a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), as mulheres sejam a maioria: entre 2014 e 2017, por exemplo, 72% dos artigos científicos publicados foram assinados por mulheres.

Cabe referir que o cânone da produção intelectual, secularmente, tem o sujeito do sexo masculino como autor. É notória a monopolização do saber quando pensamos nas diversas áreas do conhecimento humano, como: artes plásticas, literatura, cinema e arquitetura, a partir da exaltação e reconhecimento, majoritariamente, de artistas/intelectuais do sexo masculino. Vale ressaltar que “[...] quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico [...]” (RIBEIRO; CARNEIRO, 2019, p. 24) Assim, percebemos como o sexismo atua nestes espaços, de modo a levar com que produções intelectuais de mulheres sejam invisibilizadas.

O gênero, segundo Adriana Piscitelli (2009, p.11), “refere-se ao caráter cultural das distinções entre homens e mulheres”, dessa forma, percebe-se que a desigualdade de

¹ A UNILAB, criada no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano 2010, contempla os Estados do Ceará e da Bahia. A supracitada instituição traz em suas diretrizes o compromisso com a educação superior interiorizada e integralizada, de acordo com a política de cooperação sul-sul (UNILAB, 2010).

gênero, está no campo das relações de poder, através da dominação masculina, e não nas diferenças biológicas dos indivíduos.

Nas últimas décadas, as diversas lutas feministas têm denunciado as múltiplas barbáries que acometem as mulheres em todo o mundo, visando que “os problemas da mulher surgem desde o princípio da vida, de acordo com as diversas mitologias sobre a criação do mundo” (CHIZIANE, 2013, p. 199). Uma delas, que foi escolhida para ser trabalhada neste projeto é o epistemicídio feminino, tema que vem ganhando espaço nos debates acadêmicos.

O Epistemicídio é, para Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Menezes (2009), a desvalorização e a hierarquização de conhecimentos, uma vez que a produção de saberes científicos foi configurada por um modelo epistemológico único, o qual descarta, destrói ou mesmo inferioriza formas de saber que não correspondam a essa matriz epistêmica hegemônica: “[...] o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista” (Santos, 1995, p. 328 apud CARNEIRO, 2005, p. 96). Santos, nessa perspectiva, cunha este conceito para entender os mecanismos violentos do colonialismo, o qual deslegitimava uma série de saberes para legitimar uma narrativa suprema.

Por conseguinte, entendo que o epistemicídio feminino é o ocultamento, comandado pelo sistema patriarcal, do conhecimento produzido por mulheres, descartando-os dos processos de construção teórica, tal como o de outros grupos historicamente inferiorizados.

Feita esta breve digressão, é necessário pontuar que os tripés eruditos, largamente utilizados na área das Ciências Humanas e afins, da Sociologia (Max Weber, Émile Durkheim e Karl Marx)², assim como os da Formação do Brasil (Sérgio Buarque de Holanda Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior) são compostos exclusivamente por autores do sexo masculino, este fato denuncia como o epistemicídio feminino está

² Há pesquisadores que têm se dedicado a resgatar o legado de algumas intelectuais invisibilizadas. Como exemplo, temos o nome de Harriet Martineau, que têm sido intitulada como a “primeira mulher socióloga” (Miguel, 2017).

presente na construção do arcabouço teórico utilizado nas grades curriculares das universidades.

Além disso, podemos pensar em como as mulheres são ocultadas da História Oficial. A história escrita majoritariamente por homens dão a estes personagens alcunhas de “Heróis da Nação”, enquanto as mulheres são colocadas em postos subalternos nas narrativas, como se o lugar reservado a elas fosse apenas a gestação e os cuidados destes “heróis”, cumprindo com a sua designação na “Divisão Sexual do Trabalho”, definido por Danièle Kergoat e Helena Hirata (2007) como “[...] à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos” (HIRATA; KERGOAT, 2007 p. 55). Uma das causas deste silenciamento, apontado por Michelle Perrot (2007) é que “as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas” (PERROT, 2007, p. 17), sendo assim, faz-se necessário que investiguemos os motivos que levam às mulheres a não terem equidade, quanto aos homens, nos registros historiográficos.

Mediante o exposto, este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a representatividade que as mulheres encontram no ambiente acadêmico, tomando como base para nossa dissertação o “Epistemicídio Feminino”, suas raízes, qual sistema o mantém e seus ecos na realidade acadêmica contemporânea. Além disso, com o feminismo, trabalhado de maneira interseccional, dialogaremos com outros marcadores de desigualdade social - raça e classe, por exemplo - com o intuito de compreender como a invisibilidade atinge todas as mulheres, entretanto tal apagamento se dá de maneiras diferentes, a partir de seus contextos sociais. Para tal, nos utilizaremos de autoras como Silvia Federici (2017), Bell Hooks (2019), Márcia Tiburi (2018), Sueli Carneiro (2005), entre outras, na construção do arcabouço teórico que nos orientará na realização de nosso projeto, cujo propósito é responder à pergunta: como o epistemicídio feminino pode obstaculizar a produção de mulheres.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar como o epistemicídio feminino opera na formação e na autoestima acadêmica das mulheres do curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar motivos pelos quais as produções intelectuais masculinas são ovacionadas em detrimento das femininas, tomando o Projeto Pedagógico Curricular do curso de Humanidades como parâmetro para a análise;

- Compreender como as estudantes do BHU avaliam a representação epistemológica de mulheres nas disciplinas ofertadas neste curso;

- Avaliar como a não-representação pode influenciar na construção da identidade da mulher universitária;

- Entender a importância do uso de epistemologias feministas na formação da mulher universitária, especialmente no caso das bacharéis em Humanidades.

3. JUSTIFICATIVA

A motivação que norteia esta pesquisa deve-se ao fato de que, ao ingressar no curso de Bacharelado em Humanidades³ na UNILAB, me indaguei a respeito da predominância de obras escritas por homens e, a partir daí, comecei a problematizar o que nomeio de “sexismo epistêmico” no ambiente em que estava inserida. Por não me sentir representada em boa parte dos textos exigidos nos componentes obrigatórios, uma vez que as disciplinas para a conclusão do Bacharelado em Humanidades seguem bibliografias sugeridas nos Projetos Pedagógicos (PPC), surgiu o interesse de investigar o tema do epistemicídio feminino, de modo a entender – sobremaneira – como funciona esta violência simbólica/apagamento e como tal invisibilização pode interferir na formação de novas mulheres acadêmicas.

O machismo é uma mazela que ainda gera uma série de agravos à sociedade do século XXI, sociedade esta que já conquistou, através da luta feminista, inúmeros avanços no que tange a desigualdade de gênero. Não obstante, ainda se perpetuam práticas, embasadas em mitos de inferiorização da mulher relação ao homem, as quais legitimam a misoginia, causadora de diversas violências. O patriarcado, como discurso que estabelece modelos de relações entre homens e mulheres, ainda segue legitimando e naturalizando a dominação masculina (Lima & Souza, 2015).

A Idade Média, ocorrida do século V ao século XV, foi palco da “Caça às Bruxas”, uma das primeiras demonstrações autorizadas e executadas pelo Estado, juntamente com a Igreja Católica, poder vigente no período, do epistemicídio feminino. A caça às bruxas foi a tentativa do patriarcado de aniquilar conhecimentos oriundos de mulheres. Segundo Midelfort (1972, p. 172, apud FEDERICI, 2017, p. 327-328) “[...] muitas bruxas eram parteiras ou ‘mulheres sábias’, tradicionalmente depositárias do conhecimento do reprodutivo feminino”, estas configuravam a subversão cognoscente para a misoginia medievalista. Vê-se, portanto, que as tentativas de apagamento ou mesmo invisibilização dos saberes e conhecimentos produzidos por mulheres decorre de

³ O curso de Bacharelado em Humanidades, ofertado no campus do Ceará e no campus da Bahia, possui dois ciclos de formação, sem obrigatoriedade para o segundo. O ciclo inicial é composto por no mínimo dois anos e no máximo três anos. O curso tem como política a interdisciplinaridade, abrangendo às grandes áreas das ciências humanas, como: a História, a Sociologia e a Antropologia.

tempos longevos, não sendo produto da história contemporânea.

É necessário destacar que durante a Idade Média, as mulheres que não se portavam como o previsto para o papel de gênero, esperado pela sociedade, seriam caçadas e, muitas vezes, levadas à morte na fogueira da Santa Inquisição: “a caça às bruxas foi, portanto, uma guerra contra as mulheres; foi uma tentativa coordenada de degradá-las, de demonizá-las e de destruir seu poder social” (FEDERICI, 2017, p. 334), a bruxa caricata causa repulsa social, conseqüentemente, as mesmas são enclausuradas no silenciamento de seus conhecimentos, muitas vezes ancestrais.

O epistemicídio feminino é perpetuado ainda no Iluminismo do século XVII, marco para a exaltação da racionalidade do homem através da ciência. Baseado na análise deste período, é possível referir como as mulheres foram excluídas dos processos científicos, haja vista que as mesmas não eram autorizadas a participar das reuniões de intelectuais: os serviços domésticos e a maternidade eram os únicos que lhes eram permitidos. Há uma gama de teóricos do Iluminismo que deixam evidente em suas obras o sentimento misógino e excludente quanto ao saber feminino. Para Kant, por exemplo, “feminilidades são fraquezas” (s/a, p. 199, apud ZIRBEL, 2011, p. 53), dessa forma, seus posicionamentos e produções intelectuais não eram legitimados, “a mulher passa a ser compreendida como um ser frágil/fraco em sua composição geral: física, intelectual e emocionalmente” (ZIRBEL, 2011, p. 53), violentando toda a produção de conhecimento oriunda do ser feminino, assim, impulsionando a hegemonia epistêmica que se perpetua nos dias atuais.

A suposta subjetividade e debilidade, inata às mulheres, seria o empecilho ao culto do saber científico, uma mulher não seria capaz de agir com racionalidade, logo, não seria capaz de produzir ciência. Evidenciando, assim, o epistemicídio que o gênero feminino sofreu no “século das luzes”.

Após mais de seis séculos do fim do período medieval, “a caça às bruxas”, mesmo que com outras roupagens, ainda está presente na contemporaneidade. Um exemplo muito recente é o assassinato da socióloga e ativista social, Marielle Franco, executada em março de 2018; uma mulher que não seguia as ordens impostas pelos

sistemas (patriarcal, racista e classista) e teve sua voz silenciada: o epistemicídio se deu para ela com a aniquilação de seu ser, assim como nos tempos medievais. Infelizmente, o caso de Marielle Franco não é um quadro isolado: em 2012, aos 15 de anos de idade a paquistanesa Malala Yousafzai, foi baleada por defender que as mulheres tivessem acesso à educação em seu país⁴. Marielle Franco e Malala Yousafzai representam, nessa perspectiva, a política de apagamento de todas as possibilidades de existência daquelas que transgridem e desafiam os poderes do sistema de opressão social.

Se partirmos para a etimologia, vemos que a mulher é lida como um ser um inferior, “o nome mulher (*‘mullier’* deriva de *‘mollis’*, que em latim significa ‘mole’) (TIBURI, 2018, p. 88), diante do exposto, como as mulheres teriam suas obras reconhecidas se já na palavra que a definem as mesmas são lidas como seres sem forças, e assim, sem voz.

Procedendo de todo esse histórico de invisibilidade da produção intelectual de mulheres que nosso projeto tenciona discutir como, contemporaneamente, esse apagamento e/ou inferiorização encontra ecos e perpetua-se no ambiente acadêmico. E de que forma tal aniquilação pode comprometer e afetar a produtividade de novas cientistas/intelectuais, tendo em conta que a reduzida representatividade do sexo feminino nas obras estudadas faz com que muitas acadêmicas não se vejam como sujeitas produtoras do conhecimento, devido ao expurgamento de produções cunhadas por mulheres que o falocentrismo gera no cerne epistêmico. Nesse sentido, torna-se urgente discutir sobre episteme:

[...] É importante dizer que se trata não apenas de um empreendimento acadêmico ou político mais que isso: a escrita feminista é um projeto de colocar em debate questões por muito tempo silenciadas. Assim, é fundamental o entendimento de que se fala aqui da colocação em discurso de um projeto de poder (Silva & Oliveira, 2015, p. 197).

Portanto, nosso projeto pretende analisar quais são as raízes da invisibilidade das mulheres no que tange à construção do arcabouço teórico nas universidades. Além disso, visamos compreender como o epistemicídio feminino pode interferir na formação e na produção de mulheres ingressantes na Universidade da Integração da Lusofonia

⁴ Disponível em: <http://www.ikmr.org.br/voz/malala-yousafzai/>. Acesso em 19 de agosto de 2019.

Afro-brasileira, Campus Ceará, mais especificamente, acadêmicas do curso de Bacharelado em Humanidades que estão cursando o terceiro semestre. O público alvo a ser entrevistado foi escolhido considerando o tempo de formação de nossas interlocutoras, haja vista que estas possuem boa parte das disciplinas obrigatórias do curso integralizadas.

4. PROBLEMATIZAÇÃO

O poder patriarcal, agente executor do epistemicídio feminino, juntamente com o sistema capitalista e racista, em razão de que “a caça às bruxas foi um elemento essencial da acumulação primitiva e da transição ao capitalismo” (FEDERICI, 2017, p. 294), opera suas forças para que esta violência epistêmica permaneça. Porém, ao terem acesso ao engenhoso complexo hierárquico que as cercam, muitas mulheres anseiam em mudar sua posição de subalternidade na conjuntura social, trilhando o caminho da resistência, desconstruindo a ideia de que “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado” (FOUCAULT, 1987, p. 163). Com suporte no empoderamento, conquistado, neste sentido, através da produção acadêmica, as mulheres são impulsionadas a alterar e lutar para fíndar com os mecanismos da desigualdade de gênero que as vitimizam.

A História Oficial, elege os protagonistas de seus momentos de glória. A mesma, escrita e narrada por homens, fundamenta as noções da opressão do sistema patriarcal, baseando-se, por vezes, em teses biológicas. Com isso, é necessário que vejamos como “as mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal” (PERROT, 2007, p. 16). O ocultamento das mulheres possui raízes e agentes que o perpetuam. O silêncio do oprimido, em especial, das mulheres, mantém a progressão do opressor, tornando-o condutor da superioridade na hierarquia social.

Após trilhar o percurso de conhecimento das raízes do apagamento teórico das mulheres, faz-se possível o entendimento do sistema hierárquico, conduzido e preservado pelo poder patriarcal, o qual é exercido nas universidades ocidentais, atualmente, nos atentando ao perfil socioeconômico que possuem aqueles que têm o privilégio epistêmico, bem como descreve Ramón Grosfoguel:

o único ser dotado de uma *episteme* superior era o homem ocidental. Os quatro genocídios/epistemicídios são constitutivos das estruturas epistêmicas racistas/sexistas que produziram um privilégio e uma autoridade para a produção de conhecimento do homem ocidental,

com a inferiorização dos demais (GROSFOGUEL, 2005, p. 42).

Os subalternos trazem em suas narrativas suas vivências nos processos políticos de exclusão. Para Gayatri Spivak (2010), se tomarmos, por exemplo, o contexto colonial, o sujeito subalternizado já não era um agente detentor de uma história e, em decorrência disso, não poderia falar. O sujeito feminino, para Spivak, era ainda pior, porque estava aferrado na obscuridade: “não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais” (SPIVAK, 2010, p. 165).

Dessa forma, “a escuta é um elemento prático no processo político que precisa ser experimentado com urgência, sobretudo pelos sujeitos que detêm o privilégio da fala” (TIBURI, 2018, p. 56). Na academia, uma das formas de exercer a “escuta” se dá, a priori, por meio da leitura das obras produzidas pelos/as sujeitos/as que são subalternizados/as pelos sistemas de opressões. Nosso estudo é voltado para o silenciamento das mulheres, entendendo que “nós, mulheres, somos oprimidas pela condição humana do nosso sexo, pelo meio social, pelas ideias fatalistas que regem as áreas mais conservadoras da sociedade” (CHIZIANE, 2013, p. 200), percebemos, desse modo, como a episteme é mais um ramo da violência de gênero, assim, segundo Donna Haraway:

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e na relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e às práticas de dominação de outros e nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica (HARAWAY, 1995, p. 15).

Epistemologias hegemônicas privam os/as acadêmicos/as da diversidade intelectual existente na sociedade. O feminismo, ao reivindicar a presença das mulheres nesse espaço de poder é um dispositivo político na busca por outros referenciais que garantam a abundância de conhecimentos na universidade, pois esse espaço deveria promover a inclusão de todos e de todas e esse processo só se concretiza em coexistência com a representatividade.

5. HIPÓTESE

Mesmo que a inserção de mulheres no ambiente acadêmico tenha alterado a hegemonia masculina no cerne teórico das universidades, tendo em conta que, conforme artigo do o INEP⁵, as mulheres são a maioria na educação superior, no Brasil, a latente falta de representatividade que as mulheres enfrentam na academia, especialmente em termos de referências epistemológicas, atua como um bloqueio para a produção intelectual das mesmas. Dessa maneira, cria-se um ciclo de mudez. Ainda, vejo que poderíamos desdobrar essa informação em duas sentenças:

- A falta de exemplos de mulheres acadêmicas pode gerar a desmotivação de estudantes, assim, cria-se empecilhos e mais silenciamentos, uma vez que a representatividade é importante para imprimir novas perspectivas de futuro;
- A inserção de mulheres no ambiente acadêmico desconstrói axiomas da sociedade patriarcal, quais sejam, que a mulher deve resignar-se ao mundo privado, pois seu pensamento não é relevante para a construção do social. Tal asserção pode impulsionar novas carreiras acadêmicas de mulheres e encorajá-las a produzir conhecimento.

⁵http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206. Acesso em: 02 de Agosto de 2019.

6. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta fundamentação teórica tem como objetivo estabelecer diálogos teóricos com autoras e autores que trabalham as raízes da violência do epistemicídio feminino e seus desdobramentos.

Considerando que aquelas e aqueles que não se encontram dentro do padrão de dominação – homem, detentor de posses, branco, heterossexual, seguidor de religiões hegemônicas – sofrerão agressões à sua identidade, ameaçando a sua existência. A academia, como extensão do meio social, reflete esta ignorância por meio da sua episteme e do perfil, tanto de discentes como de docentes que a ocupam.

6.1 A violência epistêmica

O epistemicídio, “[...] fere de morte a racionalidade do subjogado ou as sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, p. 97)” caracterizando na identidade da mulher universitária, no sentido de retirar das mesmas o protagonismo no cânone teórico, a compreender que:

A identidade não deve ser hipostasiada, ou seja, transformada em verdade absoluta. É preciso saber que é a identidade absoluta do ‘homem branco’ - do poder e da dominação masculina do homem racista e machista – que subjuga os outros a ‘não identidade’ (TIBURI, 2018, p. 80).

A autora Bell Hooks nos traz uma experiência de como o epistemicídio feminino perpassa os limites de nosso campo de estudo (UNILAB), ao apontar que: “um curso sobre o pensamento social e político nos Estados Unidos, por exemplo, não inclui nenhuma obra escrita por uma mulher” (HOOKS, 2013, p. 62). O afastamento das mulheres na política, e conseqüentemente nos espaços teóricos que a constroem, é só mais um dos reflexos da barbárie causada por séculos de silenciamento das mulheres, ademais, é válido ressaltar que

Quando elas participam de um debate público, têm de lutar permanentemente para ter acesso à palavra e para manter a atenção, e a diminuição que sofrem é ainda mais implacável, por não se inspirar em uma vontade explícita e se exercer com a inocência total da inconsciência: cortam-lhes a palavra, orientam, com a maior boa-fé, a um homem a resposta a uma pergunta inteligente que elas acabam de

fazer (como se, enquanto tal, ela não pudesse, por definição, vir de uma mulher) (BOURDIEU, 2017, p. 87).

Pierre Bourdieu (2017) coloca essa exclusão como fruto da “dominação simbólica”, quando homens, em processos políticos, “realizam atos discriminatórios, excluindo as mulheres, sem nem se colocar a questão, de posições de autoridade, reduzindo suas reivindicações a caprichos [...]” (BOURDIEU, 2017, p. 87). Ao terem suas vozes subalternizadas, é negado às mulheres o direito à participação política, gerando a manutenção da hegemonia masculina nos espaços de poder social. Na academia, o silenciamento das mulheres está para além do afastamento das mesmas nas obras exigidas pelas ementas das disciplinas, ocorre também quando uma mulher tem suas contribuições em sala de aula desmerecidas, seja pelo docente ou pelos demais estudantes.

O feminismo, ao procurar reverter o cânone de dominação masculina dentro das universidades, traz luz àquelas mulheres que, em outrora, não tinham representatividade alguma nos meios teóricos. Considerando que o epistemicídio oculta outros saberes que não estão nos padrões hegemônicos, percebe-se que o mesmo “significou um empobrecimento irreversível do horizonte e das possibilidades de conhecimento” (Santos, 1995, p. 329, CARNEIRO, p. 101 apud), nossa missão é buscar introduzir cada vez mais as mulheres, e outros grupos subalternizados, na academia, nos espaços de poder, para que assim, possamos construir um conhecimento verdadeiramente crítico e plural. Mesmo que agora, segundo Dados do Censo da Educação Superior, as mulheres representam 56,2% dos estudantes de nível superior⁶, as mesmas ainda não são referenciadas na mesma proporção que os homens; e isto é a reverberação de toda uma história de silenciamento do saber feminino. Neste seguimento,

O feminismo teórico não é apenas uma defesa do pensamento livre. Ele é o próprio pensamento livre. Como postura prática de oposição à ordem concreta, o feminismo nasce de uma desconstrução teórica profunda. O patriarcado é um sistema de pensamento que reserva para si a pretensão da verdade. [...] O feminismo surge, portanto, como desmontagem do patriarcado, ele mesmo um sistema de injustiças.” (TIBURI, 2018, p. 68)

6

http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mulheres-sao-maioria-na-educacao-superior-brasileira/21206. Acessado em julho de 2019.

Nas universidades, o feminismo guia as mulheres a explorarem teóricas que, na maioria das vezes, não estão em suas grades curriculares. A representatividade acadêmica impulsiona a escrita de novas intelectuais, destarte, essas mulheres contribuirão para a estruturação do começo de uma verdadeira pluralidade epistêmica na academia.

6.2 Interseccionalidade

Segundo Kimberle Crenshaw a interseccionalidade:

pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos (CRENSHAW, 2002, p. 7).

Assim, ao propor um projeto de pesquisa que visa compreender como se dá os processos de silenciamento das mulheres na academia, é fundamental que em nossos suportes teóricos de análises tenhamos recortes de raça e classe, juntamente ao gênero. Pois, compreendemos que todas as mulheres sofrem com a violência de gênero, entretanto há marcadores sociais que farão com que estas diferenças sejam vividas de maneira diferentes por elas. Uma vez que “[...] a interseccionalidade [...] aborda diferenças dentro da diferença” (CRENSHAW, 2002, p. 9), ganhamos com seu uso novas visões e novas problemáticas a serem abarcadas por nossa pesquisa. Levando em consideração a interseccionalidade, inferimos o mister de

Inserir classe na pauta feminista abriu um espaço em que interseções entre classe e raça e ficaram aparentes. Dentro do sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, mulheres negras estavam claramente na base da pirâmide econômica. Inicialmente, nos movimentos feministas, mulheres brancas com alto nível de educação e origem na classe trabalhadora eram mais visíveis do que mulheres negras de todas as classes (HOOKS, 2019, p. 69)

Tendo em mente a tríade: gênero, raça e classe, ao nos debruçarmos em estudos de teorias feminista, entendemos que o combate a discriminação sexista, promovida pelas lutas feministas, não deve contemplar somente “um seletivo grupo de mulheres”

(HOOKS, 2015, p. 195), é necessário que a produção das teóricas feministas se orientem a partir da interseccionalidade, dado que, como aponta Márcia Tiburi:

[...] o feminismo interseccional, que reúne em si marcadores de opressão da raça, do gênero, da sexualidade e da classe social, é evidentemente uma luta contra sofrimentos acumulados. Dar dor de ser quem se é, de carregar fardos históricos objetivos e subjetivos. (TIBURI, 2018, p. 55)

Outrossim, é urgente que o feminismo seja pensado como parte de um movimento que busca o bem comum, levando em consideração que “o feminismo como estilo de vida introduziu a ideia de que poderia haver tantas versões de feminismos quantas fossem as mulheres existentes” (HOOKS, 2019, p. 23), entendemos, com isso, que as mulheres possuem necessidades diferentes umas das outras: “evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras [na subalternidade] (SPIVAK, 2010, p. 110).

Compreender a necessidade da interseccionalidade nos estudos de gênero, levando em consideração que “[...] o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres” (LUGONES, 2014, p. 940), é entender como as mulheres negras estão alocadas no epistemicídio feminino, como relata Bell Hooks, em sua crítica ao racismo e ao sexismo sofridos pelas mulheres negras nos ambientes acadêmicos: “resistimos à dominação hegemônica do pensamento feminista insistindo que ele é uma teoria em formação, em que devemos necessariamente criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades” (HOOKS, 2015, p. 202), partir do momento em que for construída a pluralidade teórica, teremos uma maior abrangência nas particularidades das vivências do ser feminino em nossa sociedade.

6.3 Alianças entre mulheres

A julgar por que “o sofrimento das mulheres sob a tirania é um vínculo comum entre todas as mulheres, que transcende as particularidades das diferentes formas que assume a tirania” (FRITZ, 1979, p. 51, apud HOOKS, 2015, p.196), uma das armas mais poderosas para se construir pontes que estabeleçam a igualdade de gênero no ambiente acadêmico é a aliança entre mulheres. A união de mulheres pode ser proposta por meio do incentivo às suas produções intelectuais – mulheres incentivando o trabalho

de suas mães, amigas, filhas, esposas, colegas de trabalho – esta ação desequilibraria um dos principais alimentos do sistema patriarcal: a “rivalidade feminina”, pois:

[...] como mulheres, fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver sempre e somente, competindo umas com as outras com inveja, medo e ódio. O pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência. (HOOKS, 2019, p. 34)

Através da compreensão de que o machismo, de formas diferentes, atinge todas as mulheres, é fundamental que estas estejam cientes da opressão que subalterniza suas produções intelectuais e, posteriormente, encararem o feminismo como um meio de resistência frente ao meio social, em união com outras companheiras, tendo em vista que “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos” (BEAUVOIR, 1967), lembrando que esta cumplicidade vem da alienação criada pelos sistemas de opressões.

Entendendo que “os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contradiscursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias” (RIBEIRO, 2019, p.75), é necessário que pensemos como as mulheres, sujeitas vitimadas pela subalternização na hierarquia social, ao ocuparem a academia, trarão consigo novos significados e novas perspectivas para este espaço, através de suas vivências, será possível a realização de outras leituras do cânone teórico, tornando possível a abertura de caminhos para a incorporação de obras não-hegemônicas nos mesmos.

Considerando que a união fortalece as lutas, pois possibilita o cuidado e a proteção das mulheres umas com as outras, constatamos que a solidariedade entre mulheres é uma ferramenta em potencial para desconfigurar a lógica patriarcal e conquistar a equidade de gênero.

Tendo em conta que, segundo Judith Butler:

Se somos organismos vivos que falam e agem, então estamos claramente relacionados com um vasto contínuo ou rede de seres vivos não apenas vivemos entre eles, mas a nossa persistência enquanto organismos vivos depende dessa matriz de relações interdependentes sustentáveis. (BUTLER, 2018, p. 96)

A rede colaborativa de mulheres, como um organismo sustentável, criando apoio mútuo entre as acadêmicas, na universidade, irá agir como um instrumento construtor de alianças e, assim, fortalecer a luta contra a misoginia neste espaço de poder. Essa ação é pertinente para estabelecer interações, com aptidão para gerarem trocas de conhecimentos e de vivências entre mulheres, desfocando as ações acadêmicas do androcentrismo. Para além disso, a rede colaborativa de mulheres pode ser lida como um dispositivo motivador de leituras e de novas produções de novas teorias feministas.

Dessa forma, a partir da compreensão de tais parâmetros, objetivo compreender como o silenciamento (ou mesmo a invisibilização) da produção de mulheres na academia pode interferir na formação de novas intelectuais. Para isso, como dito, darei especial ênfase às diferentes opressões que podem potencializar tais apagamentos.

7. METODOLOGIA

Para nossa pesquisa, escolhemos a abordagem qualitativa, pois “a perspectiva qualitativa na pesquisa possibilita ao pesquisador desvelar e interpretar a fala dos entrevistados [...]” (FERREIRA, 2015, p. 117), além disso, “a análise qualitativa é essencial para o entendimento da realidade humana, das dificuldades vivenciadas, das atitudes e dos comportamentos dos sujeitos envolvidos, constituindo-se um suporte teórico essencial” (FERREIRA, 2015, p. 117), o uso da pesquisa qualitativa nos possibilitará melhor entendimento dos desdobramentos do epistemicídio feminino em nosso campo de estudo.

“Na pesquisa social, há três formas principais de coleta de dados: você pode coletar os dados fazendo perguntas às pessoas (mediante pesquisas de levantamento e entrevistas) e observando-as ou estudando documentos” (FLICK, 2013, p. 109). Com isso, nosso projeto de pesquisa é constituído por duas dessas ferramentas.

A primeira será a pesquisa documental, com a análise do Projeto Pedagógico Curricular (PPC) do curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), tendo em vista as ementas das disciplinas obrigatórias. Importante ressaltar que o PPC do Bacharelado em Humanidades propõe a “[...] necessária superação de modelos tradicionais da formação acadêmica brasileira [...]” (PPC, 2016, p. 9), o que reafirma nosso interesse na problemática em estudo.

Posteriormente, após a análise documental do referido PPC, realizaremos entrevistas, partindo de uma abordagem qualitativa, haja vista que esta “[...] emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados” (CRESWELL, 2007, p. 185). Para tal, teremos como público participante as mulheres estudantes do terceiro semestre de Bacharelado em Humanidades. Este recorte se deve ao fato de que no terceiro semestre do BHU as estudantes já completaram a maioria dos componentes obrigatórios.

Vale destacar que as estudantes que aceitarem participar de nossa pesquisa, receberão, juntamente com o documento de apresentação, o Termo de Consentimento

Livre Esclarecido (TCLE), declarando estarem cientes e em concordância com o que propõe nosso projeto.

7.1 TÉCNICAS UTILIZADAS

Para tratar do epistemicídio feminino na academia, com os objetivos descritos neste projeto, utilizaremos como técnica de pesquisa a entrevista narrativa, pois, considerando que a mesma “tem como objetivo o acesso às experiências subjetivas dos entrevistados[...]” (FLICK, 2013, p. 117), possibilitaremos, assim, que nossas interlocutoras relatem de maneira aberta suas experiências quanto a representatividade teórica, ou não, encontrada na universidade, bem como sobre os possíveis impasses no que tange a representatividade.

Realizaremos nossas entrevistas no campus dos Palmares, localizado na cidade de Acarape, pois lá como “ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 128). E, também, porque este é locus desta pesquisa, o que facilita o acesso às interlocutoras.

7.2 DELIMITAÇÃO DE PESQUISA

A pesquisa, portanto, será realizada na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A mesma está presente em dois Estados: Bahia e Ceará. Na Bahia, a UNILAB possui o campus dos Malês. No Ceará, a Unilab detém três *campi*, dois destes estão localizados na cidade de Redenção (Liberdade e Auroras) e o terceiro está situado na cidade de Acarape (Palmares).

Como dito, as entrevistas serão realizadas apenas no Estado do Ceará, mais especificamente, no campus dos Palmares. O campus do Palmares possui R.U (Restaurante Universitário), biblioteca e duas salas de informática. Além do complexo de salas de aula e laboratórios.

O público alvo para responder aos questionários serão as mulheres ingressantes do curso de Bacharelado em Humanidades que estão cursando o terceiro semestre, haja

vista que subtede-se que estas já integralizaram boa parte das disciplinas obrigatórias, segundo a ementa do curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo, Vol 2: A Experiência Vivida**. Difusão Européia do Livro, 1967.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Faculdade de Educação da Usp, São Paulo, 2005.

CRENSHAW, Kimberle. “A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero”. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petropolis: Vozes, 1987.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 31, n. 1, p.25-49, abr. 2016. FapUNIFESP(SciELO). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003>. Acesso em: 22 de Agosto de 2019.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2013.

HOOKS, Bell. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 2, n. 16, p.193-210, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. **Cadernos de Pesquisa**, Paris, v. 37, n. 137, p.595-609, 2007.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (orgs.) **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

LUGONES, María. 2014. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3):935-952

MIGUEL, Lorena. Harriet Martineau: a contribuição esquecida da primeira socióloga. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos: Clássicas**, v. 06, n. 11, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA: PERSPECTIVAS PARA O CAMPO DA EDUCAÇÃO. Goiás: Revista Mosaico, 2015. Disponível em: <file:///home/chronos/u6da98ef3fd6708c5821e2b4a3028deae43124762/MyFiles/Downloads/4424-12914-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 de agosto de 2019.

PISCITELLI, Adriana. “Gênero: a história de um conceito”. In: BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

REVISTA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE LITERATURA PORTUGUESA E AFRICANA DA UFF. Rio de Janeiro:Abril, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/69560395-Eu-mulher-por-uma-nova-visao-do-mundo-1.html>. Acesso em: 19 de agosto de 2019.

RIBEIRO, Djamila; CARNEIRO, Sueli. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

SILVA, Cristiane Bereta da; OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. Epistemologia feminista. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (orgs.) **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

ZIRBEL, Ilze. O lugar da mulher na Antropologia Pragmática de Kant. **Kant E-prints**, Campinas, v. 6, n. 2, p.50-68, jan./jun. 2011.